DIÁRIO DE BORDO

RESPOSTAS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

AS MANIFESTAÇÕES de 15 de março passado não tiveram o impacto esperado junto ao governo federal, pelo menos quanto às falas dos ministros escalados pela presidente Dilma Rousseff, na noite do mesmo dia, e à fala dela, no dia seguinte.

Os ministros minimizaram o impressionante movimento, atribuindo-o aos eleitores que perderam as eleições de outubro passado e prometendo medidas contra a corrupção que, aliás, já vêm acontecendo. Insistiram várias vezes no aspecto democrático das manifestações, dispondo-se ao diálogo com todos os atores sociais e reiterando a condenação à violência e às pouquíssimas e tolas propostas de intervenção militar, completamente descabidas.

Houve, ainda, um pequeno sinal sobre a reforma política tão discutida e tão necessária, mas que ficou restrita ao financiamento de campanha: o Governo quer eliminar o financiamento privado nas eleições. E a presidente falou em humildade e retomou o tema 'diálogos'.



Seguramente, o Governo e os políticos em geral já devem, a essa altura, ter feito avaliações mais realistas sobre as manifestações. Afinal, mais de 2 milhões de pessoas foram às ruas em cerca de 160 cidades, em todos os estados e no Distrito Federal.

E respostas precisam ser dadas, sob pena de recrudescimento dos protestos. E é fundamental tê-las para garantir governabilidade à presidente Dilma Rousseff. Mas, quais respostas?

Uma das mais necessárias tem a ver com o ajuste fiscal corretamente proposto pelo ministro Joaquim Levy. Está claro que não dá para aceitar que só a sociedade pague por ele; o Governo também precisa cortar a própria carne. Seria um magnífico sinal a eliminação de uma dúzia de ministérios, o que representaria alguma economia. Mas, mais do que a economia, o gesto seria muito bem recebido.

Quanto à reforma política, é pouco a única proposta feita, de cortar financiamentos privados nas eleições: isso não satisfaz o clamor popular. É preciso mais, como acabar com a reeleição, aumentar todos os mandatos para cinco anos e fazer eleições coincidentes a cada cinco anos. Com certeza, isso é mais compatível com a realidade brasileira atual e seria bem aceito pela população. São temas que também já vêm sendo tratados no âmbito do Legislativo.

Quanto ao financiamento de campanha, existe uma proposta circulando: o candidato teria que apresentar um orçamento do que gastaria, submetê-lo à Justiça Eleitoral e ao seu partido, e nenhuma empresa poderia dar a ele mais do que 3% do valor orçado, um limite às doações.

Mas, falta um tema que interessa muito a todo mundo e principalmente ao campo. Trata-se de não permitir nem estimular violência, e, para isso, basta fazer cumprir a lei, garantindo ordem e tranquilidade para os investimentos voltarem, gerando empregos e renda de novo.

Outras manifestações estão anunciadas, e já se ouve um certo clima de conflito, na linha do "nós contra eles". Não pode haver nada mais incompatível com a "alma" brasileira, tradicionalmente pacífica e ordeira. Haja o que houver, o poder público tem o dever de garantir a ordem, seja na cidade, seja no campo. Vários ministros têm condenado a hipótese de violência. Nada mais correto. Liberdade de expressão, sim; desrespeito e desordem, não.

Estimular qualquer tipo de confronto é dar um tiro no pé da democracia – no mínimo! ■